

Termos de Referência para Grupos de Trabalho CIFAM

Conteúdos

1. ANTECEDENTES.....	2
1.1. Objectivos dos grupos de trabalho	2
2. ESTRUTURA DE GRUPOS DE TRABALHO	3
2.1. Formato e composição.....	3
2.1.1. Formato dos grupos de trabalho	3
2.1.2. Composição dos grupos de trabalho	3
2.2. Processo de tomada de decisão.....	4
2.3. Tópicos seleccionados como prioritários.....	4
2.4. Metodologia.....	4
3. PROPOSTA DE TEMATICAS PARA OS GRUPOS DE TRABALHO	5

1. ANTECEDENTES

A plataforma CIFAM (Coordenação Intersectorial de Mecanismos de Financiamento à Agricultura) visa promover políticas e incentivos para promover o financiamento para o sector agrícola em Moçambique. Com a participação activa dos seus membros seleccionados, a plataforma CIFAM pretende promover o diálogo entre os diferentes parceiros envolvidos na liderança e financiamento do sector agrícola, utilizando uma abordagem participativa. Os principais actores que compõem a plataforma são, entre outros, entidades do governo destaque para os ministérios de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Economia e Finanças (MEF) e da Indústria e Comercio (MIC), Banco de Moçambique (BdM), Instituições Financeiras asi como a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), e associação que os representa, entidades privadas lideradas pela CTA (Confederação das Associações Económicas), e organizações da sociedade civil.

Espera-se que a plataforma CIFAM se torne um instrumento chave para o diálogo público-privado no País, contribuindo para promover práticas inovadoras para as finanças agrícolas, encorajando as abordagens sensíveis ao género no tema, e reforçando a capacidade dos parceiros nacionais. As intervenções serão baseadas e alinhadas; i) Nas evidencias e recomendações da Estratégia de Finanças Rurais (MADER 2022), Estudo sobre as Barreiras ao Financiamento à Agricultura (AMB 2021), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola (MADER 2022), e outros estudos relevantes; ii) Um mapeamento inicial das partes interessadas e um exercício de consulta conduzido com o apoio da GIZ.

Com base nestas evidencias e conclusões das fontes acima mencionadas, **serão estabelecidos grupos de trabalho temáticos no âmbito da plataforma CIFAM**. O objectivo destes grupos de trabalho é discutir e partilhar conhecimentos sobre abordagens inovadoras, instrumentos políticos e reformas, assim como implementar estratégias para mecanismos específicos de **financiamento à agricultura**. O Grupo de coordenação , como órgão supervisor do CIFAM, será liderada pelo **Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)**. Os grupos de trabalho relatarão ao grupo de coordenação o seu progresso nos temas previamente seleccionados.

1.1. Objectivos dos grupos de trabalho

- Tornar-se o 'braço técnico' da plataforma CIFAM para orientar as abordagens sobre finanças agrícolas;
- Desenvolver e conduzir investigações, estudos e monitorar o quadro politico-regulatório nacional sobre finanças agrícolas: preparar informação de base e monitorar o progresso global;
- Fomentar a aprendizagem entre pares e partilha das melhores práticas, implementadas a nível regional e internacional;
- Prover informação ao grupo de coordenação sobre políticas e acções relevantes a levar a cabo em matéria de financiamento à agricultura;
- Consolidar a parceria entre as principais partes interessadas para uma melhor coordenação e desenvolvimentos estratégico do sector;
- Discutir, desenvolver, divulgar recomendações ao grupo de coordenação sobre temas relacionados com o financiamento à agricultura.

2. ESTRUTURA DE GRUPOS DE TRABALHO

2.1. Formato e composição

2.1.1. Formato dos grupos de trabalho

- a. Cada um dos grupos de trabalho **tem uma liderança rotativa em função de tópico.**
- b. Espera-se que os membros participem activamente nas reuniões para discussões e elaborem recomendações a serem submetidas ao Grupo de Coordenação.
- c. As reuniões serão presenciais. Cada reunião do grupo de trabalho terá uma agenda estruturada para orientar as deliberações e os trabalhos da reunião. A ordem de trabalhos deve ser distribuída aos membros/participantes antes das reuniões.
- d. Os membros do grupo de trabalho deverão ter reuniões mensais para discutir e rever documentos importantes sobre o tema que lhes foi atribuído. A reunião será orientada por um perito técnico (um consultor contratado pela GIZ para assistir o grupo) que será responsável pela organização e apresentação das actas e conclusões da reunião anterior, assim como pela proposta dos novos pontos para discussão na nova sessão.
- e. Os grupos de trabalho serão compostos por uma equipa que representa os interesses das partes (público e privadas) no tópico em discussão. Os membros de cada grupo de trabalho serão seleccionados com base no nível do seu envolvimento no tópico a ser discutido e na sua vontade de contribuir para as discussões. O grupo de coordenação basear-se-á na percepção para sugerir a integração dos membros no grupo e, em seguida, será enviado um convite ao potencial membro para confirmar o seu interesse em fazer parte do mesmo. O convite descreverá claramente as razões da indicação e as vantagens de fazer parte do grupo.

2.1.2. Composição dos grupos de trabalho

Cada grupo de trabalho será composto por:

Secretariado, será de responsabilidade partilhada entre a GIZ através do projecto CIFAM e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) através da Direcção Nacional da Promoção da Agricultura Comercial (DNPAC).

Serão seleccionadas 3 ou 4 instituições para compor o grupo de trabalho de acordo com as suas responsabilidades reconhecidas e actividades actuais que tenham algum paralelo com o que se pretende discutir no grupo (Deve ser claramente explicado na carta de convite de cada membro a ser enviada pelo Grupo de Coordenação). Estas instituições terão de indicar um representante tecnicamente preparado.

Uma das instituições irá liderar o grupo considerando o tópico.

Os membros dos grupos indicados para representar as instituições serão responsáveis por comunicar aos seus superiores sobre as discussões importantes, o curso destas discussões e soluções viáveis a serem consideradas e, por conseguinte, poderão recolher subsídios dentro da instituição para melhor representar os interesses das mesmas e assim ligar as suas opiniões à instituição que representam.

Assessoria técnica para os grupos de trabalho, será essencialmente exercida por um consultor contratado pela GIZ. Este deverá moderar e facilitar as discussões e apresentar os resultados das discussões do grupo com toda a fundamentação necessária.

2.2. Processo de tomada de decisão

O processo de tomada de decisão será por consenso pelos membros do grupo de trabalho. Entretanto, as direcções a que os membros representam deverão ser consultadas antes de tomada de decisão para que tenham uma posição institucional e conferir assim mais poder a recomendação ou posição de política específica.

2.3. Responsabilidade dos membros

- Participar activamente nas discussões técnicas das temáticas;
- Reportar às suas instituições as posições importantes e o rumo das discussões para colher subsídios;
- Rever as posições (recomendações) quando trabalhadas pelo especialista da área;
- Promover diálogo sobre a temática sugerindo linhas de orientação e opiniões importantes

2.3. Tópicos seleccionados como prioritários

As prioridades temáticas serão extraídas dos relatórios disponíveis sobre financiamento à agricultura, com ênfase em trabalhos recentes, como por exemplo: Financiamento da Agricultura através de Bancos Comerciais em Moçambique, preparado e publicado pela GIZ ProEcon e o Mapeamento dos Actores no Financiamento à Agricultura e os principais desafios deste subsector. Nestes dois estudos realizados, foram identificados os principais desafios para a promoção do financiamento à agricultura em Moçambique, com ênfase naqueles que se referem à necessidade de reformas políticas estratégicas e à revisão dos incentivos.

A GIZ, com o apoio de consultores que prepararam estes estudos (com base em dados recolhidos junto dos principais interessados), desenvolveu uma matriz prioritária baseada na frequência da percepção dos interessados sobre o impacto dos desafios no desenvolvimento do sector agrícola em Moçambique. Esta matriz foi validada no Workshop de Outubro 13, 2022 para a constituição da Plataforma CIFAM, nesta ordem foram identificados quatro grupos de trabalho como sendo os mais impactantes:

- *Garantias Colaterais*
- *Intervenções fiscais e Políticas Bancárias*
- *Digitalização do Ecosistema Agrícola.*
- *Formalização e Serviços de Desenvolvimento Empresarial*

2.4. Metodologia

Serão constituídos grupos de trabalho para cada tema à medida que a ordem de importância para a discussão for confirmada. Nesta primeira fase, quatro grupos de trabalho serão considerados que para a sua operacionalização será estabelecida uma composição adequada, seguindo os critérios indicados em 2.1. e 2.2. do presente documento (Formato dos grupos e composição dos mesmos).

Os grupos de trabalho seguirão as práticas e procedimentos propostos:

- Investigação sobre as condições-quadro actuais: preparar informação de base sobre o que é o quadro político e jurídico existente em Moçambique, o que foi feito e já existe sobre o tema [consultor líder, com apoio dos membros do grupo de trabalho, secretariado GIZ].
- As melhores práticas a nível regional e internacional apresentadas pelo consultor líder ou por consultores externos convidados.

- Sessões de trabalho para discutir os tópicos e as principais aprendizagens e mudanças que devem ser tomadas [membros do grupo de trabalho, com o apoio do secretariado da GIZ].
- Principais aprendizagens e mudanças que precisam de ser tomadas,
- Desenvolver o produto final (posição de política) conjunto de recomendações para o sector e para instituições individuais.

3. PROPOSTA DE TEMATICAS PARA OS GRUPOS DE TRABALHO

N	Temática	Perguntas	Resultados esperados	Participantes propostos	
				Permanentes	Tópicos
1	Garantias colaterais				
	Sistema de registo de colaterais	<p>-Qual é o estado actual do registo colateral?</p> <p>-Como está a ser utilizado tanto pelos bancos como pelos produtores?</p> <p>-Quais são os principais desafios?</p> <p>-Como irá o processo de reforma da lei de terra afectar o registo colateral?</p>	<p>-Números actuais do registo colateral; Informação simplificada sobre o estado actual, A actual adopção por instituições financeiras e empresas/indivíduos, Conjunto de recomendações para melhorar o processo de registo colateral com responsabilidades individuais para diferentes instituições;</p> <p>-Roteiro estruturado para aumentar a aceitação e utilização do registo colateral liderado pelo MEF.</p>	<p>Bolsa de Mercadorias de Moçambique;</p> <p>Instituto de Cereais de Moçambique (ICM)</p> <p>Ministério das Finanças (MEF);</p> <p>Ministério da Agricultura;</p> <p>Bancos (1, 2, & 3);</p> <p>Companhias de seguros envolvidas na Agricultura (Hollard & Britam);</p> <p>Associação de Produtores</p>	
	Certificado de Depósitos	<p>-Quais são as abordagens anteriores para a implementação do certificado de depósitos?</p> <p>-Quais foram as razões do fracasso?</p> <p>-Quais são as iniciativas actuais?</p> <p>-Qual é o estado das infra-estruturas físicas?</p> <p>-Qual é o estado das infra-estruturas tecnológicas?</p> <p>-Quais são os principais desafios? --</p> <p>---Por que é que a aceitação falhou?</p>	<p>Centralização das iniciativas de implementação do certificado de depósitos;</p> <p>Apresentação uniformizada do ecossistema do certificado de depósitos;</p> <p>Sugerir uma organização de execução do projecto de implementação do certificado de depósitos e actores-chave responsáveis</p>		<p>Proprietário de Armazém Privado;</p> <p>Instituto de Cereais de Moçambique (ICM);</p> <p>UNAC;</p> <p>(Banco Central ou agência governamental relevante)</p>
	Garantias alternativas	<p>-Ponto da situação sobre garantias alternativas;</p> <p>-Instrumentos e Mecanismos (Mecanismos de partilha de riscos, Prestadores de seguros para a agricultura);</p> <p>-Quem é responsável pelas garantias?</p>	<p>Mapeamento dos Instrumentos e Mecanismos de partilha de riscos (seguros, garantias, etc.)</p>		
	Sistemas de Contencioso / Avaliação de Garantias	<p>-Sistema judicial actual para a apreensão de garantias?</p> <p>-Ponto da situação do mercado secundário?</p> <p>-Qual é o nível de independência da organização de avaliação?</p> <p>-Estão eles a trabalhar eficazmente?</p>	<p>Lista dos principais preocupações na apreensão de garantias, incluindo o quadro judicial e as organizações de avaliação;</p> <p>Plano estruturado com responsabilidades de actores-chave para melhorar os actuais</p>		<p>Ministério da Justiça;</p> <p>Banco Central ;</p> <p>Os tribunais</p>

			mecanismos de litígio e avaliação de garantias.		
2 Intervenções Fiscais e Políticas Bancárias					
	Políticas Bancárias para encorajar o Financiamento à Agricultura	-Qual é o actual requisito do quadro prudencial? -Como é que se limita o financiamento à agricultura? -Que práticas internacionais são aplicáveis ao contexto local?	Recomendações concretas e aplicáveis de políticas revistas e discutidas pelos membros da plataforma, com base na investigação prévia e na compreensão de tais intervenções.	Banco Central; AMB / Bancos; MEF (Autoridade Tributaria de Moçambique); MADER (Direccao Nacional de Planificacao e Politicas) Associacap de Produtores	
	Intervenções Fiscais	-Quais são os incentivos fiscais passados/presentes/futuros para encorajar o crédito ao sector agrícola? -Quais são os incentivos fiscais viáveis que poderiam fomentar o financiamento à agricultura?	Catálogo de sugestões de intervenções fiscais que irão fomentar o financiamento à Agricultura		Autoridade Tributária CTA/Representação das organizações agrícolas formais; Organizações responsáveis pela fiscalidade; e outras políticas fiscais
3 Digitalização do Ecossistema Agrícola					
	Disponibilidade de Dados e Plataformas	-Qual é o estagio actual no mercado? -Quais são as actuais iniciativas privadas e públicas sobre o tema? - -----Qual é a disponibilidade e a qualidade dos dados existentes? -Quem é responsável pela recolha de certos tipos de dados? -O que precisa de ser melhorado e criado? -Quais são os principais desafios e obstáculos?	Uma matriz simples que esboça o ecossistema actual Conjunto de recomendações de digitalização para as partes interessadas	MADER (DNPP); Bancos; Associação Fintechs; Associações de Produtores Banco de Moçambique (para sessão de regulamentação);	
	Regulamentação das iniciativas digitais	-Qual é o quadro regulamentar actual para as iniciativas digitais? -- -- E para a fintech na agricultura? -Quais são os actuais obstáculos regulamentares para as empresas que operam neste espaço?		Instituto de Investigação Agraria de Moçambique	
4 Formalização e Serviços de Desenvolvimento Empresarial					
	Formalização de Agronegocios	-Relevância do aumento da formalização do sector agrícola primário e secundário? -Aplicabilidade dos regulamentos relevantes, por exemplo, a lei de cooperativas de 2010 -Desafios, impedimentos e obstáculos à formalização -Vantagens e desvantagens do nível de formalização dentro do ecossistema agrícola	Uma visão geral dos principais desafios antes, durante e após a formalização; Um conjunto de recomendações sobre como melhorar nos três níveis, por exemplo "Uma potencial revisão dos instrumentos regulamentares relevantes".	Empresas de consultoria (Apoio empresarial); MADER (Agricultura comercial, planeamento e política, e departamentos de extensão);	Diferentes agências/instituições governamentais que lidam com cadeias de valor específicas, como o algodão e o caju CTA
	Serviços de Desenvolvimento Empresarial	-Mapeamento dos fornecedores de serviços de desenvolvimento empresarial em Moçambique (tipo de fornecedores, nível de qualidade, alcance geográfico, e preço)	Mapeamento simplificado das partes interessadas e avaliação das necessidades dos actores; Um conjunto de recomendações potencialmente incluindo as	AMB; MIC - IPEME; Associação de Agricultores	CTA

		<p>-Necessidades de serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial (Por exemplo, necessidades técnicas, necessidade de competências empresariais, apoio jurídico, gestão financeira...)</p> <p>-A sustentabilidade do BDS oferecido publicamente vs. o BDS oferecido pelo sector privado</p>	<p>melhores práticas internacionais e conceitos comprovados</p>		
--	--	--	---	--	--